
Mulheres deveriam estar no comando das negociações de paz

As mães, por alguma razão, sofrem mais a perda de um filho que os outros membros da família. As tristes cenas de violência no Oriente Médio, por exemplo, que chocam quem quer que as assistam, são sempre mais pungentes quando captam a expressão das mães das vítimas. Em geral, as mães não estão envolvidas nas batalhas, no derramamento de sangue. As mulheres são visíveis lamentando, e não fazendo, a guerra.

Não existe notícia histórica de conflitos bélicos conduzidos e desenvolvidos por mulheres. Até pouco tempo, as mulheres sequer eram admitidas nas forças armadas. Por outro lado, tampouco temos registro de guerras travadas entre países democráticos. A democratização e o conseqüente aumento da participação das mulheres no processo político do Estado, deveriam, portanto, concorrer para reduzir a probabilidade da guerra.

Ao que parece, os homens são adequados para a guerra, e as mulheres, para a paz. Por que, então, não entregar as negociações de paz a quem, nos lados conflitantes, tem entendimento mais profundo do significado da perda humana?

No Oriente Médio, tudo já foi tentado visando à pacificação. Os norte-americanos, particularmente o presidente Bill Clinton, dispenderam enorme tempo e energia, sem qualquer resultado duradouro. As Nações Unidas, a União Européia, os países do chamado “Quarteto”, os pacifistas de ambos os lados, e nada. Nenhum resultado. Tudo em vão.

No âmbito da orientação democrática que deverá balizar qualquer solução viável para o conflito, acredito caber agora às mulheres israelenses e palestinas propor a seus respectivos governos o início de um processo de negociação de paz em que elas, as mulheres, teriam papel decisório e de liderança.

Nessa empreitada, teriam de contar com o amplo respaldo de suas co-cidadãs. As representantes nas negociações de paz seriam escolhidas democraticamente, em eleições organizadas pela ONU. As eleições poderiam, inclusive, contar com a tecnologia brasileira de voto eletrônico, cuja excelência é reconhecida internacionalmente.

O critério de escolha eleitoral seria o voto distrital, sem necessariamente filiação partidária, mediante lista de apoio com um número de mínimo de assinaturas, provavelmente em torno de 5 mil. A negociação da paz não deve ser contaminada por interesses político partidários. No entanto, nada impede que mulheres com representação partidária sejam candidatas a negociadoras. A eleição das representantes das duas nações teria agenda restrita: a construção da paz. Agenda curta e ambiciosa.

As eleitas se reuniriam, com a mediação do Brasil e sob supervisão da ONU, e contariam com legitimidade e amplo respaldo de suas populações. A solução aqui rascunhada não tem precedente histórico. Combina elementos de uma alquimia nunca experimentada: direitos da mulher, democracia, eleição eletrônica, cordialidade brasileira e força física e moral da ONU.

No conflito israelo-palestino, todos os remédios já foram aplicados sem solução. Chamemos agora as mulheres.

Date Created

27/07/2004